

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DITADURA MILITAR (1964 – 1985).**

Renata Bento Leme – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS/ UNESP-  
MARÍLIA. [rb.leme@yahoo.com.br](mailto:rb.leme@yahoo.com.br).

Eixo temático: Política educacional.

### **RESUMO:**

Este trabalho aborda a formação dos professores durante o período vigente da Ditadura Militar (1964 – 1985). Tem por objetivo mostrar que a partir do momento em que se torna necessário a alfabetização da população e o aumento de quatro para oito anos de ensino obrigatório, houve a necessidade de maior número de docentes. Assim, a profissão que era exclusiva da classe média da época, passa a se constituir da camada popular. A hipótese levantada é que após essa modificação no quadro docente, onde houve ascensão de professores da classe baixa, aconteceu assim uma crise na profissão que culminaria em arrocho salarial e posteriormente na desvalorização do professor. Podemos afirmar que as reformas educacionais feitas pela Ditadura Militar trouxeram um novo perfil de professores para a rede pública de ensino. Nos anos de 1970 houve uma maior propagação da educação tecnicista, acentuando nas escolas a tentativa de interligar um sistema empresarial à administração escolar. Nessa época aconteceu uma política suscetível aos interesses da classe dominantes no país, o que também resultou em secundarização do acesso e da formação dos mais necessitados. A educação deveria assegurar o processo de desenvolvimento econômico do país através da consolidação da estrutura do Capital Humano, assim procurou equacionar o sistema educacional à concepção econômica de desenvolvimento. Acabou, entretanto, os alunos na escola recebendo apenas as informações mais básicas, para que na faculdade um professor pudesse moldar esse aluno dentro dos parâmetros da área de atuação escolhida. Essa pesquisa bibliográfica traz informações relevantes sobre o tema, procurando entender como a formação dos professores na época da Ditadura Militar culminou na desvalorização da profissão.

**Palavras chaves:** Educação, Formação de professores, Ditadura Militar.

### **INTRODUÇÃO:**

A Ditadura Militar influenciou todos os níveis educacionais em um período de vinte e um anos, 1964 a 1985, alterando suas características e provocando mudanças, algumas presentes até os dias atuais. Houve a expansão da escola pública, e a educação tecnicista trouxe para o 1º e 2º graus a instrumentalização para a fixação da ideologia do Estado, a escola foi um dos meios mais usados para a difusão dessa ideologia que respaldou o golpe militar.

Com as alterações ocorridas no sistema educacional, simultaneamente precisou de um novo perfil de profissionais para atuar nas escolas.

Nota-se, assim, que nessa época, o professorado já não portava o perfil do passado, numericamente inferior e com origem nas camadas médias urbanas e nas próprias elites. Agora, em decorrência das mudanças estruturais do país e das reformas educacionais citadas, ele passava a ser uma categoria muito pouco assemelhada à anterior e submetida a condições de vida e de trabalho bastante diversas. Em síntese: o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e de 1971, cujos efeitos engendraram uma nova categoria docente e, por conseguinte, no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores. (FERREIRA, A.; BITTAR, M., 2006, p. 1.165).

Segundo Libâneo, 1999, havia a necessidade de formarem técnicos com tarefas específicas a serem realizadas nas escolas para o acompanhamento do ensino. Reconhecemos assim, uma fragmentação das tarefas comprometida pela presença desses técnicos na escola. A separação no currículo culminou na formação fragmentada pedagógica de base e nos estudos correspondentes às habilitações, essa divisão de funções correspondeu a uma lógica da organização escolar e implicou em uma formação específica. Diante disso, o caráter "tecnicista" do curso teve como consequência o esvaziamento teórico da formação, excluindo o caráter da pedagogia como investigação do fenômeno educativo. Além disso, a estrutura curricular levou a um currículo fragmentado e aligeirado, visto que havia a necessidade da formação rápida de profissionais que pudessem atuar no ensino, era uma formação de curto prazo e em massa.

A formação em massa de professores para atuarem nas escolas públicas determinou uma transformação na trajetória e na composição do quadro docente: o seu crescimento numérico e o arrocho salarial a que foi submetida durante toda a vigência da Ditadura Militar.

Além disso, a tentativa de interligar a educação a economia significava tornar a educação mais funcional ao sistema capitalista. A Lei n. 5.692 reestruturou os antigos primários e ginásio, criando o ensino de 1º e 2º graus. O ensino obrigatório passou de quatro para oito anos, formando um único ciclo chamado 1º grau de ensino. E, os três anos do antigo ensino colegial, passaram a constituir o 2º grau. Dessas reformas educacionais começou a emergir a nova configuração profissional do professorado público de 1º e 2º graus.

O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979. (FERREIRA, A.; BITTAR, M., 2006, p. 1.166).

Assim como o sistema educacional foi usado pela Ditadura Militar para a transmissão de ideologias para respaldar o golpe, a formação dos professores da rede pública também ficou comprometida, tornando-se fragmentada em seu caráter teórico, além de o excessivo número de profissionais culminarem em arrocho salarial e na desvalorização da profissão. Não houve no Brasil, em nenhum momento histórico, um sistema educacional sólido que pudesse dar uma capacidade crítica aos alunos. A educação tem estado bastante sujeita a interesses políticos, ora privilegiando uma parcela da sociedade, ora privilegiando outra. Trata-se de uma política suscetível aos interesses de classe dominantes no país, o que também tem resultado em secundarização do acesso e da formação dos mais necessitados. As características que hoje estão presentes na educação são vestígios de um tipo de desenvolvimento histórico que o país viveu. Entender a educação hoje, em sua função social, passa pela compreensão da função histórica pela qual a usaram para cumprir um papel de transmissora de ideologia, particularmente no momento em que a rede pública de ensino sofreu com o processo de modernização.

Alguns dos aspectos que podemos colocar em destaque sobre a política educacional e as realizações da Ditadura Militar no Brasil, são: a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino; distinção da oferta de ensino, conforme as classes sociais no país. Foi nesta década que os conteúdos a serem aplicados eram escolhidos por sua relevância social e de discussão em grupos, questionando-se sua abordagem e organização.

## **METODOLOGIA:**

A pesquisa, ainda em andamento, é de cunho qualitativo, tentando compreender o fenômeno estudado, e cujo percurso principal envolve levantamento bibliográfico em bases de dados de informações importantes sobre as definições das concepções de ensino do período da Ditadura Militar (1964-1985).

Na visão interpretativa, foi analisado o impacto que produziu as concepções educacionais, direta ou indiretamente, na formação de professores no período da Ditadura Militar (1964 – 1985). Dentro dessa perspectiva, partiu-se da hipótese de que a concepção tecnicista de ensino implantada pela Ditadura Militar se consolidou e se reforçou no período de 1964 a 1985; com ela, promoveu-se uma política educacional que tendeu a fragmentar o conhecimento nas práticas de formação, que se configura até os dias atuais.

Os dados coletados na pesquisa por meio de levantamento bibliográfico foram sistematizados e organizados. Entretanto, o ponto de partida de uma pesquisa não é a análise de um documento, mas a formulação de um questionamento. A problematização das fontes é fundamental porque elas não falam por si, mas são testemunhas, vestígios que respondem a perguntas que lhes são apresentadas.

Parte-se do pressuposto de compreender, analisar e sistematizar as leituras para que possa demonstrar como a implantação da educação tecnicista, e a vinculação da educação ao mercado de trabalho trouxe modificações na formação dos professores. Essa pesquisa vai ao encontro das idéias de diferentes autores, localizados em levantamento bibliográfico preliminar. São eles: Libâneo (1998), Saviani (2011), Ferreira e Bittar (2006).

Os objetivos quadro teórico-metodológico do trabalho e fontes: o que se quer em pesquisa histórica não é apenas uma lista de fontes, trata-se de selecionar fontes pertinentes à pesquisa e às hipóteses desta, bem como aos fundamentos teóricos escolhidos. Seleção e identificação do problema a pesquisar: formulação e delimitação do tema de pesquisa, tendo em vista alguns critérios: o de relevância (social e/ou científica); o de viabilidade (é possível pesquisar determinado tema, com os recursos aos quais temos acesso?); o de originalidade (pode ser cumprido de dois modos diferentes: trabalhando-se sobre temas ainda não pesquisados, o que permite preencher

lacunas do conhecimento, ou voltando a pesquisar temas já estudados com documentação renovada ou complementada, partindo de bases teóricas ou metodológicas diferentes, ou rebatendo teses anteriormente aceitas).

## **RESULTADOS:**

Podemos afirmar que a escola recebeu, ao longo da história, um papel perante a sociedade, ela se tornou além de reprodutora de ideologias e das relações de classe, mas também ficou fadada a constituir em pouco tempo, e a baixo custo, indivíduos alfabetizados e letrados “de reserva”. Não tem o objetivo de formar cidadãos. Durante o período vigente da Ditadura Militar (1964-1985), a formação de professores sofreu as consequências das políticas educacionais implantadas que levariam a educação a formar cidadãos aptos para o mercado de trabalho, deixando de cumprir assim seu papel: a formação crítica dos alunos.

Como afirma Saviani:

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. (2011, p. 381).

Com base nisso, a formação de professores tornou-se fragmentada. Foi preciso adaptar o professor ao trabalho pedagógico, já que este foi objetivado e organizado de forma parcelada. Os alunos recebiam as informações necessárias para executar determinada parcela do trabalho, pois o país passava por transformações e se tornava cada vez mais industrializado. Era preciso assim, adaptar a educação aos moldes da produção fabril.

À semelhança do que foi anteriormente descrito, a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar etc. (SAVIANI, 2011, p. 382)

Entretanto, Ferreira e Bittar, defende que:

O arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho. A maior expressão desse

fenômeno foram as greves de milhares e milhares de professores, a partir do fim da década de 1970, em quase todos os estados da Federação. Esse tipo de movimento, pelo seu ineditismo à época, chamou a atenção da sociedade, que, a despeito de guardar da profissão uma imagem associada à abnegação e ao sacerdócio, apoiou as suas mobilizações. (2006, p. 1175)

Ainda sobre a formação dos professores a partir dessa perspectiva fragmentada, Libâneo, 1999, alega: “A esses aspectos foram agregadas as críticas à fragmentação da formação do pedagogo, à divisão técnica do trabalho na escola, à separação entre teoria e prática, à separação entre o pedagogo especialista e o trabalho docente.”

Podemos verificar que a partir do momento em que intensifica o uso do sistema educacional pela Ditadura Militar, com a finalidade de legitimar e de formar indivíduos para o campo de trabalho, a formação dos professores se compromete e toma posição secundária no processo educativo. Nota-se que nessa pedagogia tecnicista o processo é que define o que os professores e alunos devem fazer, quando e como. Houve uma grande dificuldade em formar e capacitar professores que acabavam por ensinar de modo informativo.

Assim como todos os demais setores da sociedade, a educação também sofreu influências americanas, como “o livro-curso, juntamente com seu guia para professor, visava baratear os gastos em experimentos e em materiais didáticos.” (JUNIOR, 2011, p. 215), o que causou grande estranheza aos alunos por ser um material feito a partir da realidade norte-americana.

## **CONCLUSÕES:**

A educação deveria assegurar o processo de desenvolvimento econômico do país através da consolidação da estrutura do Capital Humano, assim, no período da Ditadura Militar (1964 – 1985), procurou equacionar o sistema educacional à concepção econômica de desenvolvimento. A escola primária deveria capacitar o aluno para a realização de determinada atividade prática, o ensino médio ficaria com o objetivo de preparar os profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, e por fim, o ensino superior foi atribuído duas funções: formar mão de obra especializada requeridas pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país. Na educação tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária.

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção. (SAVIANI, 2011, p. 382)

Para tal efeito, foram feitos vários acordos, dentre eles MEC-USAID, que trouxe técnicos para cuidarem do currículo das escolas brasileiras. Assim, foram criados materiais didáticos para serem ofertados. Com influências americanas, tanto com a industrialização quanto suas crises como consequência, o ensino, na década de 70, passou por uma reformulação, tornando-se algo de caráter técnico, visando formar profissionais e atender as demandas de mercado.

O objetivo era que o ensino continuasse a focar os produtos da atividade científica, tornando a visão do aluno neutra e objetiva. Como a função da escola tornou-se formar profissionais, o 2º oferecia cursos técnicos profissionalizantes, o que atingiu as disciplinas científicas, que passaram a ser aplicadas sem grandes preocupações em relação à compreensão do meio, mas somente como base para atingir os próximos níveis de ensino. Além disso, as teorias comportamentalistas de ensino-aprendizagem influenciaram a formação de professores. A intenção era formar indivíduos que recebam o mínimo de informação, com o intuito de determinar o comportamento dos indivíduos na sociedade. “[...] para o campo educacional no espírito, portanto, do “behaviorismo” que busca tratar o ser humano como um organismo, enfocando sua forma de reagir ao meio ambiente natural, isto é, seu *comportamento* e não a sua consciência.” (SAVIANI, 2011, p.371).

O ensino acabou por ter a função principal da política educacional do regime militar, pois ao tentar colocar o Brasil ao nível dos países capitalistas avançados em estrutura industrial, a educação foi usada para a formação de mão de obra para as indústrias que se estabeleciam no país. Assim, as disciplinas tornaram-se um grande instrumento para o desenvolvimento econômico e industrial, mesmo que permitindo aos alunos realizarem suas próprias explorações, tirando suas próprias conclusões e

criando novos conceitos, contudo, tornavam-se depois ferramentas do mercado, usando tudo o que aprenderam em horas de trabalho mecânico e alienante.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:**

FERREIRA, A.; BITTAR, M. *A DITADURA MILITAR E A PROLETARIZAÇÃO DOS PROFESSORES* Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>

JUNIOR, C. A. de O.M; PIETROCOLA, M; et al. *História e Caraterística da Disciplina de Ciências no Currículo das Escolas Brasileiras*. Educere - Revista da Educação, Umuarama/ PR. v. 11, n. 2, p. 197-224, jul./dez. 2011.

LIBÂNEO, J. C. *Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança*. Educ. Soc. vol.20 n.68 Campinas Dec. 1999 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300013&script=sci_arttext)

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.